

Da Vassoura-de-Bruxa à Fazenda de Chocolate A Reconversão Produtiva no Sul da Bahia

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.245-265>

Recebido em: 30/5/2019

Aceito em: 30/7/2020

Joanna Isis Chaves Carvalho,¹ Horígenes Fontes Soares Neto,²
Lessí Inês Farias Pinheiro³

RESUMO

Com as diversas crises pelas quais passou, em especial após a iniciada no fim dos anos 80, a cacauicultura do sul da Bahia vem apresentando um cenário de reconversão produtiva. A antiga monocultura cacaueteira, por longo período fonte de riquezas e responsável por subsidiar o alto padrão de vida das famílias produtoras do “fruto de ouro”, atingida fortemente pela entrada do fungo da “vassoura-de-bruxa” nas plantações, cedeu seu lugar de destaque nos indicadores econômicos nacionais e estaduais para o setor terciário, realçando-se o subsector dos serviços, na microrregião Itabuna-Ilhéus. Este artigo visa a analisar se a atividade cacaueteira ainda possui importância socioeconômica para o sul baiano, tomando-se por base as alternativas encontradas pelos produtores para o soerguimento e renovação da cultura, o que se chamou de reinvenção produtiva no pós-crise de 1989, confrontando-se e questionando o tão presente setor terciário na sustentação da economia regional. Metodologicamente, são analisados dados empíricos a respeito dos processos de importação/exportação e produção/beneficiamento do cacau, responsáveis por reflexos da cacauicultura na economia e dinâmica locorregionais, os quais ratificam a ainda significativa importância da lavoura cacaueteira na região sul baiana.

Palavras-chave: Cacau. Crise. Recuperação da região cacaueteira.

THROUGH WHICHES BROOM DISEASE TO CHOCOLATE'S FARMS: PRODUCTIVE RECONVERSION IN SOUTHERNMOST BAHIA

ABSTRACT

With the various crises it has gone through, especially after it started in the late 1980s, cocoa farming in southern Bahia has been presenting a scenario of productive conversion. The old cocoa monoculture, for a long time a source of wealth and responsible for subsidizing the high standard of living of the families producing the “golden fruit”, which was strongly affected by the entrance of the “witch’s broom” fungus in the plantations, gave up its place highlighted in national and state economic indicators for the tertiary sector, highlighting the services sub-sector, in the Itabuna-Ilhéus micro-region. This article aims to analyze whether cocoa activity still has socioeconomic importance for southern Bahia, based on the alternatives found by producers for uplifting and renewing culture, which was called productive reinvention in the post-crisis period of 1989, confronting and questioning the very present tertiary sector in sustaining the regional economy. Methodologically, empirical data are analyzed regarding the processes of import/export and production/processing of cocoa, responsible for reflexes of cocoa in the economy and locoregional dynamics, which ratify the still significant importance of cocoa farming in the southern region of Bahia.

Keywords: Cocoa. Crisis. Recovery of the cocoa region.

¹ Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). <http://lattes.cnpq.br/8677262508504073>. <https://orcid.org/0000-0001-6653-8418>. jichaves@hotmail.com

² Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). <http://lattes.cnpq.br/2588914064209439>. <https://orcid.org/0000-0001-6657-8399>. horigenesfontes@hotmail.com

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). <http://lattes.cnpq.br/5493564382050585>. <https://orcid.org/0000-0002-1424-8731>. lifpinheiro@uesc.br

A formação histórica da Bahia, em especial dos municípios pertencentes ao sul do Estado, é largamente associada à introdução e expansão da atividade cacauera, a partir de meados do século 19 (MIRA, 2013; ROCHA, 2008; FONTES, 2013; SANTOS; SANTOS; SANTOS, 2018a). A ocupação da área foi propiciada por interesses em novas plantações do cacau, promovendo um fluxo migratório de trabalhadores nordestinos para a região, como os sergipanos, com o intuito de desbravar as matas e plantar cacau. Com isso, o cacau passou a compor a agenda de principais produtos da pauta de exportação do Estado a partir de 1895, posicionando o Brasil na liderança mundial de produção no ano de 1910 e, logo após, no *ranking* dos países com maior exportação no setor (MIRA, 2013).

Entre os anos 1965 e 1980 a produção de cacau na região sul da Bahia aumentou cerca de 113,97% em toneladas, produtividade que alcançou 733 kg/ha (MARINHO, 2003). Nessa época, os preços internacionais da amêndoa eram favoráveis, cerca de US\$ 3.620,00/T (ROCHA, 2011), o que facilitou a instalação de indústrias de beneficiamento do produto na região na década de 70, geradoras de renda e emprego, estimuladas principalmente pela construção da BR 101 e dinamização da área com a reestruturação do porto de Ilhéus e as inovações em tecnologia postas em prática pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). A atividade empregava aproximadamente 5 trabalhadores por hectare. Mesmo diante das crises cíclicas que já se apresentavam à cultura, esta ainda sustentava a economia regional na década de 80.

A partir do final dos anos 80 a queda do preço, que saiu do patamar de R\$ 232,20/arroba, em termos reais, em 1977, para R\$ 24,32/arroba em 2000 (CARTIBANI; SILVA, 2001); a introdução de um fungo conhecido regionalmente como “vassoura-de-bruxa” (*monilliophthora pernicioso*), que contribuiu para a redução da produtividade dos cacaueiros, com queda de 406 mil toneladas produzidas em 1984/1985, para 123 mil toneladas produzidas em 1999/2000 (ROCHA, 2008); além de a região apresentar plantações relativamente velhas, com mais de cem anos, foram fatores que contribuíram para que a atividade cacauera no sul baiano declinasse e houvesse queda da produtividade.

Na década de 90 e anos 2000 observou-se uma região em transformação, com avanço de formas alternativas do trabalho rural, a exemplo do sistema de parceria agrícola, o qual reduz custos e aumenta a produtividade da força de trabalho, concentração fundiária, mudança da paisagem agrícola, com a expansão, por exemplo, de cultivos consorciados como a seringueira-cacaueiro. Em termos urbanos, o setor terciário avançou, ocupando, a partir dos anos 2000, nas cidades de Itabuna e Ilhéus, respectivamente, 78,6% e 61,9% do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, com destaque para os serviços, atualmente o setor responsável pela maior participação no sustento econômico regional (MIRA, 2013). A economia regional passou a se assentar na diversificação produtiva, a qual “representou o deslocamento da base produtiva de uma monocultura agrícola (o cacau) para uma diversidade de serviços, abalando, sobremaneira, o *establishment* regional nos diversos âmbitos, como econômico, político e social” (MIRA, 2013, p. 3).

Como reflexos oriundos da grave crise, a exemplo do inchaço das cidades com o êxodo rural, a urbanização e o desemprego, a região, outrora monocultora, teve de buscar alternativas para seu soerguimento mediante uma reconversão produtiva, cujo

setor terciário, por meio do comércio e dos serviços é, no século 21, destaque e fator de dinamização da economia local, questionando a cacauicultura como atividade relevante para a região (MIRA, 2013).

Nestes passos, o escopo deste artigo é analisar a importância (o peso e o papel) do cacau na realidade socioeconômica de Itabuna e Ilhéus, municípios que nomeiam a microrregião a que pertencem no sul baiano, buscando compreender se a cacauicultura fora relegada a segundo plano no cenário econômico ou se tem havido, de fato, impacto da reconversão produtiva e das novas faces da produção/beneficiamento do cacau nas dinâmicas locais. Para tanto, fez-se necessário contextualizar a atividade cacauicultura local, com destaque às importações/exportações e o mecanismo do *drawback*,⁴ discutir o processo da reconfiguração produtiva regional (sobretudo quanto ao crescimento de outras atividades e seus impactos) e apresentar o cenário municipal reinventado da atividade cacauicultura no pós-crise do fim dos anos 80.

Metodologicamente, na primeira e segunda seções, o estudo realiza pesquisa bibliográfica que parte de trabalhos produzidos por pesquisadores especialistas no tema. Aí são citados, por exemplo, Rocha (2008) e Mira (2013), verificando-se a contextualização histórica e a nova modelagem econômica apresentada para a região sul da Bahia quanto ao fruto do cacau. Esta revisão de literatura mostra-se fundamental para a compreensão do cenário evolutivo das estruturas econômicas na microrregião Ilhéus-Itabuna, principalmente no que concerne às alternativas trazidas à lavoura cacauicultura no pós-crise de 1989 para o cacau na economia dos dois municípios baianos estudados (Ilhéus e Itabuna). Daí se destacam a clonagem do cacau, cacau fino, cacau orgânico, o Projeto Fazenda de Chocolate e a indústria do cacau regional.

No terceiro tópico da pesquisa são interpretados dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Anuário Estatístico de Itabuna 2013-2016, produzido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento da prefeitura do município, em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), os Boletins de Conjuntura Econômica e Social da Uesc, aplicando-se a estatística descritiva para a observação das possíveis modificações da base econômico-regional para o setor de serviços/comércio, sobretudo a partir das *proxies* de importação e exportação de cacau e derivados na microrregião imediata de Ilhéus-Itabuna.

É importante destacar que as análises de dados suficientes para atenderem ao método hipotético-dedutivo adotado na pesquisa apresentam recorte temporal compreendido entre os anos de 2005 e 2019. É significativo salientar, ainda, que as observações propostas neste estudo, destacadamente nos segundo e terceiro itens, conformam-se em pesquisa qualitativa utilizada no intuito de questionar a possível existência de expressividade e impacto da reconversão produtiva da lavoura cacauicultura em uma economia local dinâmica pelo setor terciário, daí porque se justifica o trabalho em apreço, considerada a marca histórica do cacau na região sul da Bahia.

⁴ “*Drawback* é um incentivo concedido a empresas fabricantes-exportadoras que permitem importar, livre do pagamento de tributos e taxas, itens destinados a integrar um produto final, por transformação, beneficiamento ou composição, com a condição básica deste ser exportado” (ZUGAIB, 2005, p. 14).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO CACAU

Os primeiros nativos americanos já conheciam as propriedades do cacau, que era usado principalmente em rituais religiosos e de batalha, conforme ilustra a passagem de Lamberti: “Cocoa, in early legend, is associated with the divine and the sacerdotal, wealth and prestige, with hubris and the fall, but also with endurance: its cultivator may fail, but cultivation and the myths that surround it, passed on down the generations, is assured”⁵ (LAMBERTI, 2017, p. 15).

Entre as lendas românticas, religiosas e de guerra que permeiam a descoberta e utilização do *theobromacacao*, a sua importância estratégica e econômica foi se solidificando, despertando os interesses dos exploradores europeus e difundindo-se por áreas nas quais o clima e o solo proporcionaram o seu cultivo. Fruto que facilmente se desenvolve em climas tropicais, o cacau encontrou no Brasil um território propício para o seu avanço. Segundo os botânicos, o cacauzeiro, nativo dos trópicos com climas úmidos, teria seu centro de origem às margens dos rios Amazonas e Orinoco e, a partir daí, tido sua disseminação para outros países de clima semelhante, espalhando-se também pelo Brasil (ROCHA, 2008).

Os índios brasileiros utilizavam o cacau antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil. O fruto era utilizado por estes para a produção de vinho decorrente da fermentação das amêndoas do cacau, entretanto, ainda que conhecessem e já manipulassem o cacau para a fabricação de seus derivados, o seu cultivo, acredita-se, teve início na região do Pará, em 1740, sendo oficializado apenas em 1769, quando os colonos receberam da Coroa Portuguesa a autorização do cultivo (ROCHA, 2008).

Há de se ressaltar que o cultivo do cacau já expressava naquela época significativo valor monetário, uma vez que era considerado moeda, sinônimo de riqueza e *status* social, atrelando a posse do fruto à concepção de poder e ligação às parcelas mais abastadas da sociedade. Um exemplo do entrelaçamento do cacau com as altas camadas da sociedade destas antigas civilizações americanas pode ser percebido na cobrança de seus impostos, que eram pagos utilizando as amêndoas de cacau.

O cultivo com fins econômicos e de exportação no território brasileiro foi insignificante até o século 18. A produção voltada para a exportação baseou-se, inicialmente, no Estado do Pará, de onde missionários exportavam o fruto colhido da floresta por meio do labor de trabalhadores indígenas. Apenas com a Ordem Régia de 1665, de Dom Vasco Mascarenhas, que as amêndoas de cacau e as instruções de seu cultivo foram enviadas do Estado do Pará para Salvador, esse episódio sendo destacado por alguns escritores como o nascimento da economia cacauzeira baiana (LAMBERTI, 2017).

Pouco a pouco a lavoura cacauzeira foi se interiorizando na região sul da Bahia. As primeiras sementes de cacau chegaram à Capitania de Ilhéus em 1746, por meio do francês Louis Frédéric Varneaux, que passou as sementes para o agricultor Antônio Dias Ribeiro, o qual iniciou o cultivo na fazenda Cubículo, no município de Canavieiras.

⁵ “Cacau, na lenda antiga, é associado com o divino e sacerdotal, riqueza e prestígio, com arrogância e queda, mas também como resistência: o cultivador pode falhar, mas a civilização e os mitos que rodeiam o cacau, transmitidos por gerações, são assegurados” (LAMBERTI, 2017, p. 15). Tradução nossa.

É importante salientar que a chegada das amêndoas nessa região, à época, representou tentativa falha de introduzir tal cultivo de forma expressiva no panorama econômico, posto que as plantações de cacau não foram volumosas (LAMBERTI, 2017).

Este cenário tem razões devido à principal cultura praticada na área: a cana-de-açúcar. Na visão de Lamberti (2017), além da cana-de-açúcar, a falta de conhecimento técnico necessário para a introdução do cultivo de forma abundante, bem como a fraca demanda internacional pelo produto, contribuíram para retardar o cultivo expressivo do cacau na região até os anos 1880.

Após o declínio da atividade açucareira em 1724, as atenções voltaram-se para o plantio do cacau. Passados 212 anos da fundação da Capitania de Ilhéus, é que as primeiras mudas de cacau foram cultivadas com expressividade na fazenda Cubículo, sendo a sede da Capitania de Ilhéus fundada após seis anos do plantio do primeiro cacaueiro. A expansão da cultura para a região de Itabuna deu-se em 1752 (ROCHA, 2008).

O cultivo e a exportação do cacau representaram a remodelagem de todas as estruturas dessas sociedades, bem como o aspecto físico do território. O primeiro momento do cultivo do cacau foi delineado com um conjunto de ações que sustentaram a disseminação do seu cultivo, tais como as expansões migratórias para o interior, o desmatamento e a formação da estrutura comercial e viária (ROCHA, 2008).

Os homens penetravam as florestas, plantavam nas matas raleadas e fundavam novas cidades. Alguns enriqueceram, tornaram-se coronéis e viraram personagens de romance. A maioria, entretanto, continuou simplesmente trabalhando, raleando as matas, plantando novos cacauais e expandindo gradualmente a sua área. Estas plantações eram feitas por métodos empíricos por homens que desconheciam quaisquer técnicas agrícolas. Isto não constitui surpresa, pois não havia pessoas ou instituições capazes de lhes ensinar. Sua maior preocupação era expandir a área plantada, aumentando sempre o número de árvores com furtos de outro para colher mais (ROSÁRIO *et al.*, 1978, p. 20).

A cacauicultura representou a independência econômica da região que se encontrava até o momento com produtores endividados devido ao declínio da economia açucareira, à libertação dos escravos, aumento do mercado interno, urbanização e migração. A sociedade cacauera foi formada por uma colcha de retalhos de novas famílias desbravadoras que, atraídas pela opulência que o cultivo do cacau poderia proporcionar, resolveram travar verdadeiras lutas pela ocupação de terras, o que contribuiu com a formação da nova geografia urbana que se desenhava por intermédio dos novos vilarejos e cidades, e, conseqüentemente, uma nova sociedade emergente vinda principalmente do Estado de Sergipe (ROCHA, 2008). Este cenário é também destacado por Rosário *et al.* (1978) ao desenvolverem um estudo acerca da história e evolução do cacau para a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepalac).

Com o estabelecimento e desenvolvimento do cacau, o Sul da Bahia transformou-se, no princípio do século, numa espécie de Eldorado. Todos os anos milhares de pessoas, vindas principalmente de Sergipe, aportavam a Ilhéus. Eram atraídas pela fama de riqueza da região onde, dizia-se, fortunas se faziam da noite para o dia graças à “árvore dos frutos de ouro” (ROSÁRIO *et al.*, 1978, p. 20).

O cacau propiciou a mudança nas estruturas sociais da época. Muitas destas novas famílias que para a região migravam em busca de obter terras para iniciar o cultivo da fruta, pautavam-se nos objetivos de ascensão social. De acordo com Falcón (1983), a mobilidade social era uma característica marcante da sociedade cacauzeira, que possibilitava a formação de consideráveis novas fortunas, alimentando a possibilidade de ascensão de muitos produtores autônomos. Paralelamente a este grupo, começaram a surgir outras classes de trabalhadores que se dedicavam à prestação de serviços, os quais direta ou indiretamente fomentavam a economia cacauzeira, a exemplo dos artesãos, estivadores e comerciários que compunham a dinâmica urbana.

A infraestrutura teve um papel decisivo no crescimento das exportações e no alavancar as disputas fundiárias, uma vez que o melhoramento das estradas de ferro entre Itabuna-Ilhéus, em 1911, e a intensificação das lanças e barcaças, proporcionaram um maior escoamento da produção. Houve forte influência dos coronéis e grandes produtores na busca por infraestruturas que possibilitassem o melhor escoamento e garantindo que fossem deixados os “famosos sobrenomes familiares dos cacauicultores nas ruas, praças, prédios, avenidas, cidades e nos principais cargos públicos: nas prefeituras municipais, Fórum, Ceplac, Uesc” (RANGEL; TONELLA, 2013, p. 82).

Os retornos positivos da cultura cacauzeira em termos econômicos influenciaram a busca por terras. A sua concentração significaria maiores lucros, culminando na expropriação de terra dos pequenos produtores, camponeses, o que, na visão de Falcón (1983), representou a transição de uma sociedade mercantil para uma sociedade com a racionalidade contábil capitalista. Esta transição na razão produtiva personificou a hegemonia dos grandes detentores de terras que, a esta altura, possuíam várias fazendas, contratando alta quantidade de mão de obra, produzindo mais de 50 mil arrobas de cacau por ano a partir de 1911.

A elite agrária transformou-se em uma elite capitalista que utilizava o poder financeiro para alcançar a submissão econômica dos camponeses. O quadro claro desta submissão é visto nas obtenções de empréstimos hipotecários pela categoria, enquanto eram cobradas altas taxas de juros de pequenos produtores. Por este motivo, suas vinculações com as propriedades da terra eram precárias. A instalação do Banco Hipotecário Estadual apenas reforçou o poder econômico dos grandes proprietários sobre os pequenos. Devido à escassa disponibilidade de recursos, a exigência de garantias hipotecárias requeridas pela carteira limitava consideravelmente o acesso daquela categoria ao crédito rural (FALCÓN, 1983).

Ainda segundo Falcón (1983), ocorreu a ascensão econômica de grandes fazendeiros pioneiros, comerciantes, profissionais liberais e agiotas, que se lançaram na saga do cacau ao investirem diretamente ou emprestarem dinheiro para o crescimento da cultura cacauzeira. Assim, foi mantida uma classe regional, com valores próprios, que se baseava no jogo de posição e poder, representado pelos títulos e postos dos coronéis.

Com o título de coronel ou, simplesmente, com o reconhecimento da sua autoridade, tradição, influência e laços de lealdade, os coronéis determinavam por onde deveriam passar as redes de transporte, configurando a imagem do poder e, ao mesmo tempo, excluía lugares de comunicação, criando paisagens de pouca vivacidade memorial e tolhendo a heterogeneidade de dizeres sobre a região cacauzeira (RANGEL; TONELLA, 2013, p. 81).

O coronelismo possui bases em um contexto de economia rural, encontrando, assim, na era do cacau, um ambiente propício para sua evolução e exercício. Na região cacauzeira, em especial, a figura do coronel não estava apenas associada ao poder militar, mas também ao poder político e econômico, inserido em uma hierarquia social na qual figuravam no topo. Muitos desses coronéis eram apenas produtores que se conseguissem colher 5 mil arrobas por ano já seriam detentores do referido título. Assim, os coronéis sul-baianos, principalmente de Ilhéus, constituíam-se muito mais em figura política (graças a suas patentes), vivendo nas cidades, nas quais frequentemente exerciam uma função de gestor (ROCHA, 2008).

A época de opulência econômica entrou em derrocada em 1989, com a crise do cacau a partir da mudança na conjuntura econômica, social e política nacional, além do surgimento da “vassoura-de-bruxa” na região. A dependência estrita da economia na base cacauzeira já apresentava problemas desde a década de 30, quando a crise na bolsa de Nova York deixou clara a fragilidade de uma região baseada em um modelo comercial primário-exportador. O cacau constituía no sul da Bahia sua principal *commodity*. Associada a esse modelo comercial, as facilidades encontradas pelos fazendeiros produtores em anteciparem a venda de sua safra para diversos vendedores no intuito de manter a vida luxuosa acarretou o comprometimento das fazendas (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Rangel e Tonella (2013) destacam como indicadores para o fim da hegemonia cacauzeira na região e do poderio local um conjunto de fatores, tais como: a) a intervenção recorrente do Estado nos momentos de crise, com a criação de instituições como o Instituto do Cacau, em 1930; b) a criação do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira, fazendo com que muitos dos produtores se endividassem na tentativa de alcançar suas metas; c) a redução drástica e rápida na produção, conduzindo a que os fazendeiros não mais atendessem à função social da propriedade prevista constitucionalmente e ficassem à mercê de possíveis reformas agrárias; d) a criação da Consolidação das Leis do Trabalho e de novos direitos trabalhistas aliados a um quadro de crise, determinantes da dispensa de inúmeros trabalhadores e suas conseqüentes migrações para as áreas urbanas; e e) as ações e gastos federais nos programas de assistência à população vulnerável, associados ao aumento gradual do salário mínimo, representando aos trabalhadores uma maior dependência financeira em relação aos seus patrões, mas, em contrapartida, um maior gasto para os proprietários de terra que já vinham enfraquecidos pelo impacto da “vassoura-de-bruxa”.

PÓS-CRISE DE 1989: A ATIVIDADE CACAUEIRA REINVENTADA

Os reflexos causados pela “vassoura-de-bruxa” na região sul da Bahia conduziram a uma significativa mudança nas bases econômicas locais. A agropecuária, outrora fonte da economia, passou a representar no século 21 somente 0,7% do PIB na cidade de Itabuna e 3,5% em Ilhéus, tornando-se os municípios com as menores participações do setor na microrregião que dão o nome. Os serviços, então, assumiram posição de destaque na sustentação dos indicadores econômicos, tendo sido inclusive registrado na literatura em questão o dinamismo do setor terciário afastando da estagnação a economia local, em especial das cidades referenciadas (MIRA, 2014).

Embora tenha deixado de ostentar posição de destaque no cenário da economia regional, os cacauais marcam a identidade, cultura e mentalidade da costa do “fruto de ouro”. Tratando-se dos “municípios protagonistas do sul da Bahia, Ilhéus e Itabuna, ambos têm expressivos percentuais de áreas de colheita para cacau, com 98,3% em Itabuna e 93% em Ilhéus” (MIRA, 2013, p. 91).

Mais que resquícios, o “cheiro do cacau” ainda permeia organizações locais, mesmo naquelas sem qualquer relação direta com a cacauicultura, tornando lento o processo de mudança institucional, corroborando a respectiva teoria que defende o caráter incremental do referido processo. Tal gradualismo é mais do que justificado na microrregião Ilhéus-Itabuna, porque seu contexto envolve mais que uma mudança de vetor econômico, envolve uma mudança de dinâmica setorial (p. 175).

Por assim ser, o extrativismo cacauero, na tentativa de se sustentar diante do atual contexto econômico, tem diversificado e recriado seus pilares. As áreas plantadas que antes serviam para exploração de matéria-prima destinada à exportação, sem refino, trato com a terra ou aplicação de técnicas, agora passam por um processo de mudança de paradigmas, incrementando métodos de produção com tecnologia, atentos às variações de mercado, à sustentabilidade, à valorização do trabalho e aos gostos peculiares dos consumidores diretos e indiretos do fruto.

O surgimento de novas práticas agrícolas, sociais e econômicas, mudaram o quadro que se instalou na região cacauera. Algumas já são realidade, tais como: clonagem e enxertia; novos nichos de mercado, a exemplo do cacau orgânico e do cacau fino; novos atores, como o MST; ganharam importância novas relações de trabalho, as parcerias; a indústria do turismo regional começa a dar seus primeiros passos; listas de discussão (cacau-l@listas.unicamp.br) dos problemas relativos à região cacauera e blogs do cacau (BRASILIAN COCOA, 2006; CACAU DO BRASIL, 2006) discutem idéias, dividem experiências, divulgam produtos agregados ao cacau, criando, assim, uma rede infoviária (ROCHA, 2008, p. 200).

Neste ponto, em razão dos desdobramentos que rearranjaram social, laboral e economicamente a terra do cacau, mas sem ter sido esquecida a relevância da fruta, surgem faces renovadas do cultivo e saídas encontradas pelos produtores e comerciantes para a manutenção da lavoura cacauera.

As Reinvenções da Lavoura Cacauera no Sul Baiano

Diversos são os novos modos adotados pelos cacauicultores para a reinvenção do cultivo do cacau no sul da Bahia e que têm impactado na sua reafirmação como símbolo da microrregião Ilhéus-Itabuna. O primeiro deles é a clonagem do cacau, método de propagação vegetativa já utilizado em Trinidad desde os anos 30. Em suas variadas técnicas, atingiu com a crise do fim dos anos 80 forte significância no panorama brasileiro do plantio para recuperação de cacauais, relegando a segundo plano o modelo “bico de facão” (técnica rudimentar de manejo da lavoura). De acordo estudos da Ceplac:

O termo “clonagem do cacauero” ou “cacauero clonado” tem sido usado nos últimos 20 anos para generalizar diferentes formas de realizar propagação vegetativa em cacaueros. Objetivamente, trata-se do uso intensivo dos métodos de estaquia e enxertia na recuperação de áreas cultivadas com cacauero no Estado da Bahia[...]

De modo geral a enxertia é uma técnica de fácil execução e também usada na substituição parcial das copas dos cacauzeiros, além da possibilidade de executar a prática em 80% dos meses do ano (SODRÉ, 2017, p. 9).

A introdução da clonagem do cacau na região sul da Bahia ecoou por todo o Brasil como uma grande saída para o colapso, registrada, inclusive, em revistas do Estado de São Paulo que, em 1999, já exaltavam a instauração da técnica desenvolvida pela Ceplac e diziam que os resultados iniciais do projeto teriam criado um cultivo com melhoramentos genéticos significativos, a ponto de possuírem resistência a pragas e ostentarem produtividade duas vezes maior que a comum (PEDROZO, 1999).

De fato, a clonagem do cacau deve ser vista como uma das primeiras reinvenções na lavoura cacauzeira do pós-crise, bem assim uma das primeiras alternativas encontradas pelos cacauicultores e que remanesce até os dias atuais. Segundo dados da Ceplac, atualmente o órgão apresenta um programa de melhoramento em clonagem com uma rede de avaliação que inclui 1.110 clones, avaliados em 140 locais, números expressivos para uma lavoura que parecia extinta (PEREIRA, 2018).

Em iguais passos de reinvenção, a produção do chamado cacau orgânico ou cabruca, considerado modelo sustentável de cultivo, livre do emprego de agrotóxicos e aderente às relações justas de trabalho – responsável pela projeção do sul da Bahia no comércio internacional de cacau nesta modalidade – junto com as técnicas empregadas em sua cultura no pós-crise de 1989, foi uma das formas encontradas pelos cacauicultores para atingir, nas exportações, mercado consumidor que exigia qualidade diferenciada do cacau, bem assim o cada vez mais depurado comércio interno (ROCHA, 2008).

Diferente do cacau convencional, o cacau orgânico utiliza somente biofertilizantes na adubação, permitindo o manejo da clonagem no combate à “vassoura-de-bruxa”. Segundo Rocha (2008), existe uma grande potencialidade da região cacauzeira do sul da Bahia para a produção de cacau orgânico, mormente diante da biodiversidade da Mata Atlântica. Aliado ao manejo na forma cabruca, o cacau orgânico também tem representado forma de preservação da flora local. De acordo o Manual do Cacau Cabruca, elaborado pela Ceplac em 2013, é incontestável a integração do cacau cabruca ao ecossistema regional.

Embora não sendo um *espaço natural*, está perfeitamente integrado, protegendo-o, beneficiando-se e interagindo com os recursos naturais e em especial com os fragmentos florestais da região sul da Bahia. [...] Esse sistema proporcionou a sustentação dos recursos naturais de forma produtiva, sem alterar substancialmente suas características básicas, permitindo que o uso, a conservação e a produção coexistissem harmonicamente num mesmo ambiente, instituindo uma nova relação na interação homem-ambiente: *a conservação produtiva* (LOBÃO, 2018).

A produção de cacau orgânico do sul da Bahia tem se concentrado em cooperativas de agricultores (ROCHA, 2008), uma delas estruturada no ano de 2001, a Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (Cabruca). Conforme dados extraídos de seu *site* na Internet, a cooperativa é formada por 34 propriedades rurais, preenchendo uma área de 1.228,78 hectares, em que o cacau em amêndoas é o principal produto, espalhando-se pelos municípios baianos de Ilhéus, Una, Uruçuca, Itacaré, Buerarema, Barro Preto e Pau Brasil.

A Cabruca é conformada em uma área de reserva legal de 503,59 hectares, com proteção permanente de 63,5 hectares e Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) em 113,95 hectares de remanescentes de Mata Atlântica, protegidos em duas propriedades, o que denota a característica conservação da biodiversidade em áreas produtoras de cacau orgânico devidamente certificado pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD), tendência na produção de cacau local.

Com enfoque na economia, a procura pelos produtos orgânicos tem crescido ao longo dos anos e, na mesma via, os preços pagos por este tipo do fruto no mercado internacional chegam a superar 40% do valor pago pela modalidade comum, tendo sido registrado, já em 1999, preços de exportação brasileira maiores que 30% com relação ao cacau convencional (RITA, 2009). Tal fato reafirma o apreço estrangeiro nos aspectos social, econômico e ambiental da citada lavoura e o interesse crescente dos cacauicultores nesta nova forma de agricultura sustentável.

Outra alternativa é o cacau fino, diferenciado não só por suas inúmeras nomenclaturas, o cacau fino, aromático, crioulo, de qualidade, prêmio, trinitário ou *flavor*, ressaltado por sua cor, aroma e sabor únicos, após os anos 2000 deixou de ser um produto distante para a cacauicultura brasileira e passou a fazer parte da realidade produtiva das lavouras, inclusive a sul baiana (ROCHA, 2008).

Em contraponto ao chamado cacau forasteiro, esta espécie fina do fruto guarda características apreciadas pela mais alta gastronomia mundial, mormente para a produção de chocolate *gourmet*, com destaque para a Europa, tendo sua entrada oficializada no Brasil por um grupo de plantadores que criaram a Associação dos Profissionais do Cacau Fino e Especial (APCFE), associação local propulsora da atividade (ROCHA, 2008).

Neste tipo de produto são contadas todas as peculiaridades significativas à elevação da qualidade e à agregação de valor ao cacau que será comercializado, inclusive o tamanho das amêndoas, tudo por meio de um processo rigoroso de seleção e trato que conduzirá a uma escala de classificação dos predicados da amêndoa pelos compradores.

Rocha (2008, p. 213) descreve o plantio do tipo *flavor* aduzindo que, embora não sejam necessários manejos de alto custo para o crioulo, alguns cuidados fundamentais devem ser tomados, a exemplo da manutenção de limpezas dos cochos, a escolha dos frutos maduros e perfeitos que são retirados diretamente da planta para formar os amontoados, a fermentação, bem como a seleção das amêndoas mais homogêneas e com atributos equilibrados.

O cacau de aroma, embora ainda de incipiente cultivo no mundo (4% a 5% do total mundial) e na Bahia (1% da lavoura estadual), já apresenta preços significativos se comparado à modalidade convencional ou *bulk*, chegando a alcançar valores até três vezes maiores que este no mercado internacional e tendo sido premiado um dos produtores brasileiros, no ano de 2010, em concurso realizado no Salão do Chocolate de Paris, como o melhor da América do Sul no quesito “aroma cacau chocolate”.

O atendimento neste nicho mercadológico específico e rentável tem despertado o interesse de pequenas e grandes empresas para o processamento da amêndoa nesta modalidade. Segundo Santos, Santos e Santos (2018b), grandes moageiras como a *Barry Callebaut* investem fortemente no setor e desenvolvem diferentes espécies do fruto trinitário.

No sentido da renovação, o prêmio vai deixando sua marca no soerguimento da lavoura cacauífera, sobretudo quando aliado ao conceito de poupança verde que promove o Projeto Fazenda de Chocolate.

Desenvolvido nos anos 90, o Projeto Fazenda de Chocolate, criado no sul da Bahia como outra resposta dos cacauicultores ao solapamento da lavoura causado pela “vassoura-de-bruxa”, representa mais uma onda renovadora do pós-colapso de 1989. Traçando a ideia de agregação de valor ao cacau com produção de chocolate nas fazendas em que o fruto é cultivado, o projeto desencadeou a criação de renda e emprego no contexto sul-baiiano e a atribuição de certificado de proteção do meio ambiente às fazendas aderentes ao modelo, como afirma Rocha (2008).

Apesar de estar em processo de instituição lenta e gradual, sobretudo pelo custo de processamento que origina e a necessidade de conhecimento técnico, a Fazenda de Chocolate possibilita grande rentabilidade, em especial porque junto com o produto comercializa-se também seu conceito, ressalte-se a criação da chamada “poupança verde”, a qual se expressa na característica do projeto de produção do chocolate *in loco*, atrelada a diversos conceitos como preocupação com o aquecimento global e preservação de ecossistemas com o aumento das reservas legais em corredores de mata atlântica na costa do cacau (ROCHA, 2008).

A literatura destaca que, nos idos de 2005, “a tonelada do Chocolate da Mata Atlântica, fabricado com o cacau da Bahia, foi vendida a US\$ 7.222, enquanto o cacau foi comprado do Brasil a US\$ 1.500 a tonelada” (ROCHA, 2008, p. 225), registrando, desde então, patente viabilidade na colheita da amêndoa e fabricação local de chocolate por pequenos plantadores, com melhoria na qualidade de vida destes e a consequente preservação ambiental propiciada. Inegável, assim, a importância do projeto em tela no cenário cacauicultor local.

Por fim, muito além das propostas de reinvenção anteriormente apontadas, significativo impacto na produção/beneficiamento do cacau e dinamização da economia local/regional têm as indústrias cacauíferas.

A industrialização cacauífera, iniciada no sul da Bahia na década de 70, em especial pela construção da BR 101 e da revitalização do porto de Ilhéus, movimentos que atraíram a instalação da atividade para a região (MARINHO, 2003), introduziu na área da microrregião Ilhéus-Itabuna grandes empreendimentos estrangeiros, a exemplo de moageiras como a ADM Joanes, *Barry Callebaut*, Cargill, Delfi Cacau, Indeca, além de outras, as quais, juntas, contribuíram para a colocação do Estado da Bahia no primeiro lugar em produção de cacau na forma de amêndoa no Brasil – segundo apontam Carneiro *et al.* (2008), apesar de ainda com queda da produtividade, índices já medidos entre 2000 e 2006 indicaram que 68,16% da produção nacional eram provenientes da Bahia.

É de se frisar, no entanto, que a reconfiguração produtiva pela qual passou o cacau no período posterior à “vassoura-de-bruxa” influenciou de forma significativa no cenário da produção industrial, de sorte que de exportadores de matéria-prima passaram a ser importadores do bem para que as demandas internas pudessem ser atendidas, ponto ratificado pelo Anuário Estatístico de 2013 a 2016 do município de Itabuna (ITABUNA, 2017, p. 137-144), do qual se extrai que o cacau inteiro, partido, bruto ou torrado encontra-se na 1ª colocação entre os produtos importados.

Segundo matéria extraída do *site* Mercado do Cacau (2017a) na Internet, a tendência às importações de amêndoa e exportação de derivados no pós-crise se espalhou sobre as moageiras de elevado porte, como a *Barry Callebaut*, Indeca, Olam e Cargill, representantes de 95% da moagem brasileira, e processantes, em 2016, de 216 mil toneladas de amêndoa. Assim,

Em um movimento que cresce há alguns anos, o embarque brasileiro de subprodutos de cacau avançou 6% no ano passado e somou 87 mil toneladas, conforme dados do Agrostat, serviço de estatísticas de comércio exterior do Ministério da Agricultura. Desse volume, 30 mil toneladas foram de manteiga de cacau, principal derivado produzido pela indústria nacional – 13% mais que em 2015. Os embarques de pasta de cacau subiram 3%, para 7,8 mil toneladas (MERCADO DO CACAU, 2017a).

A indústria cacaeira, desse modo, é figura ainda de relevância para a região. Não se pode esquecer, apesar disso, que ela tem se reinventado na forma de agroindústria quando o assunto é alternativa à crise cacaeira. A atividade de processamento do cacau também vem gerando aumento da renda de pequenas e médias propriedades rurais que manejam a fruta no sul da Bahia, com a capacitação de produtores para o beneficiamento do cacau e de seus derivados, incentivados pela Ceplac e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (ROCHA, 2008).

Os pequenos e médios produtores possuem grande expressividade na produção do cacau no sul da Bahia. Baseado no Censo do IBGE de 2006 “havia quase 74 mil estabelecimentos produtores de cacau em todo o país, sendo 57.246 na Bahia e 11.105 no Pará, com larga predominância da produção em pequena escala e com o uso da mão de obra da família, o que os caracterizava como unidades familiares de produção” (SILVA *et al.*, 2015, p. 6-7). Os dados corroboram que na Bahia “64% da produção provêm de propriedades com até 50 hectares” e, ainda, “quanto à mão de obra, grande parte dos produtores trabalha com o apoio da própria família, o que, combinado ao tamanho relativamente pequeno da propriedade, faz com que 74% do total de estabelecimentos agropecuários com cacau no Brasil sejam enquadrados como familiares, segundo o Censo” (SILVA *et al.*, 2015, p. 6-7).

Segundo dados colhidos de pesquisa realizada por Carneiro *et al.* (2008, p. 3), em razão da agroindústria a Bahia figurou já no início do século 21 “como o maior produtor e exportador brasileiro, com vendas externas evoluindo de 24 mil toneladas em 2001 para 39 mil toneladas em 2005”, passando de exportador eminentemente de amêndoa para a comercialização dos derivados dela, como a manteiga, torta, líquido e pó.

A agroindústria do cacau crescentemente tem aberto suas portas aos micro e pequenos produtores que, de acordo com Carneiro *et al.* (2008, p. 19), “constituem um dos principais pilares de sustentação da economia por força de sua capilaridade e elevado número de unidades fabris, bem como de sua capacidade de criar empregos”.

Tendência nacional, as agroindústrias cacaeiras ganham força, reinventam-se e, nas palavras de Fontes (2013, p. 199), “representam alternativas concretas para a modernização e reestruturação” da região sul da Bahia, propiciando a entrada de desenvolvimento tecnológico aplicado à produção, acirrando a competitividade, fomentando o ingresso de produto de qualidade no mercado e diversificando a renda do cacauicultor.

Indiscutivelmente, diante de todas as alternativas de soerguimento do plano do cacau no pós-crise, o cenário da cacaucultura no sul da Bahia ganha contornos socioeconômicos significativos e reconfigurados, exigindo-se análise da nova economia regional conformada, uma vez que, embora reste clara a reconversão produtiva para o setor terciário, o cacau ainda denota importância na região sul da Bahia, o que adiante se demonstrará.

A RELEVÂNCIA DO CACAU NA RECONFIGURAÇÃO DA BASE PRODUTIVA NO SUL DA BAHIA

Seguindo no sentido da reconversão produtiva, mesmo não mais sustentando a economia regional do sul da Bahia como outrora (MIRA, 2014), o cacau ainda mostra importância no cenário locorregional, não apenas porque permanece representando neste Corredor de Mata Atlântica o maior cultivo do fruto, 59% da lavoura nacional (PIROLA; GOMES; PIRES, 2013), mas porque ainda se destaca no quesito mercado interno-internacional.

As mudanças de paradigma produtivo já sinalizadas no tópico anterior, em especial no que concerne às indústrias cacaueiras instaladas na microrregião Ilhéus-Itabuna, apontaram na direção da transfiguração do panorama importação-exportação regional subsidiado pelo mecanismo do *drawback*.

Segundo Silvano e Petri (2015), em decorrência do Decreto-Lei n. 37/1966, o Brasil adotou o sistema de *drawback* em que se proporcionam benefícios fiscais (isenções ou suspensões de tributos) sobre as importações de matérias-primas e insumos para refino por meio de industrialização, vinculadas a um compromisso posterior de exportação.

Dados retirados da Cartilha do *Drawback* Integrado (BRASIL, 2016a) indicam que a participação do sistema em referência nas atividades industriais implica a redução da carga tributária sobre a importação em até 71,6% e de 36,6% do mesmo produto no mercado interno, tendo, neste ano, havido 100% de participação do *drawback* nas importações totais de cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado (BRASIL, 2016a). Nas exportações, o *drawback* tem participação acentuada e, em análise realizada entre os anos de 2010 e 2015, já chegou a alcançar cerca de US\$ 59 bilhões em exportações totais no Brasil.

A exportação de matéria-prima do cacau (amêndoa) para beneficiamento no exterior foi modificada, acompanhando os caminhos nacionais. De acordo com informações extraídas de trabalho elaborado por Silva *et al.* (2015, p. 2), o qual traça linhas de análise a respeito das mudanças no mercado em apreço, “entre os anos de 2002 e 2011, enquanto a produção brasileira de cacau cresceu 11% [...], a moagem de amêndoas cresceu 26%, proporcionado pela maior oferta do grão importado”, tendência da reconfiguração de mercado propiciada pelo *drawback*.

Nesta esteira de raciocínio, as influências da nova convergência econômica despertam a valorização em dólares dos derivados do cacau para a exportação, com aumento da receita em 826% entre 2000 e 2011.

Em relação aos derivados do cacau, o Brasil é exportador líquido. Conforme dados da Secex, no período de 2000 a 2011, as exportações de cacau em pó cresceram 826%, saindo de US\$ 14,4 milhões em 2000 para US\$ 133,4 em 2011. A participação deste produto na pauta das exportações saltou de 15% em 2000 para 46% em 2011 [...]. O aumento se deu justamente sobre a manteiga que, mesmo crescendo 55% no período, teve sua participação reduzida de 66% para 36%. O faturamento com as exportações de manteiga saltou de US\$ 66 milhões em 2000 para US\$ 102 milhões em 2011. A participação da torta também recuou de 6% para 4%, embora tenha registrado crescimento de 79% em faturamento, que foi para US\$ 11 milhões. O líquido (pasta) do cacau também registrou crescimento expressivo, de 210%, atingindo US\$ 40 milhões em 2011 (SILVA *et al.*, 2015, p. 12).

Conforme a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) (BRASIL, 2018), entre os meses de janeiro e junho de 2018, na Bahia, o cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado, ocupou a 4ª colocação no *ranking* de importação.

Muito influenciada, assim, pelo mecanismo do *drawback* e nos passos da remodelagem produtiva, a atividade cacauzeira persiste demonstrando força como um dos principais produtos regionais. O sul da Bahia, “chão” do fruto, como já anotava a literatura, seguiu de igual modo, não mais na forma histórica de amêndoa, cacau inteiro, mas derivado em manteiga, gordura, óleo, pó e pasta de cacau. Este cenário pode ser observado a partir do volume de exportação, em U\$ FOB, do cacau e seus derivados apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Exportação do cacau e seus derivados selecionados, em U\$ FOB, Ilhéus-Bahia, 2005, 2010, 2015 e 2019

	2005	2010	2015	2019
Manteiga, gordura e óleo de cacau	148.767.808	138.641.622	134.103.644	94.809.209
Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes	42.471.316	84.409.756	59.162.913	48.267.947
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	31.129.849	43.439.833	27.512.039	17.824.999
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	1.010.508	742.977	14.717.058	241.747

Fonte: BRASIL (2020).

A exportação da manteiga de cacau figurou como principal produto no cenário comercial ilheense, sendo responsável por mais de 50% do faturamento equivalente à categoria cacau e seus derivados em todos os anos selecionados de 2005, 2010, 2015 e 2019. A exportação do fruto em sua forma inteira (bruto ou torrado) correspondeu ao menor percentual em todos os anos. Cacau em pó e pasta de cacau figuram nos produtos de exportação intermediários do município, enquanto em 2005, respectivamente, conformaram 19,01% e 13,93% das exportações de cacau, e em 2019 representaram, respectivamente, 29,95% e 11,06% do faturamento com exportações deste produto (Tabela 1).

Com relação à exportação de cacau e seus derivados na cidade de Itabuna, conforme se depreende da análise da Tabela 2, é evidente a concentração também das exportações no cacau em forma de manteiga, gordura ou óleo, devendo ser ressaltado, no entanto, que o volume de comércio do setor em Itabuna é bem menor, em relação a Ilhéus, contribuindo o produto, contudo, também no município em apreço, para o dinamismo das exportações locais.

Tabela 2 – Exportação do cacau e seus derivados, em U\$\$ FOB, Itabuna-Bahia, 2005, 2010, 2015 e 2019

	2005	2010	2015	2019
Manteiga, gordura e óleo de cacau	170.381	12.289.488	20.110.416	24.488.557
Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes	-	7.242.809	3.017.504	5.731.032
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	-	8.562.562	4.591.421	5.492.303
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	681.686	399.659	-	-

Fonte: BRASIL (2020).

Itabuna não obteve nenhuma exportação em relação ao cacau inteiro (bruto ou torrado) nos anos de 2015 e 2019, sendo todos os esforços da produção para exportação do cacau e seus derivados voltados, principalmente, para a produção de manteiga, gordura e óleo, cacau em pó e pasta de cacau, como já sinalizado. No ano de 2005 Itabuna não exportou cacau em pó e pasta de cacau. De toda sorte, como se verifica em Ilhéus, em toda a série histórica analisada há a preponderância do cacau beneficiado no setor das exportações, em detrimento de sua forma bruta. A manteiga, gordura e óleo de cacau, largamente utilizados no beneficiamento do chocolate, principal produto oriundo do cacau, demonstrou incremento de 14.272% no período 2005-2019 (Tabela 2).

Assim sendo, muito embora as divergências em percentuais na produção/beneficiamento de derivados de cacau nos municípios em análise, é notório que a importância do cacau para a microrregião é extremamente significativa ainda nos dias atuais. Em verdade, segundo dados do Boletim de Conjuntura Econômica e Social n. 1 (UESC, 2015), 99,16% da receita em exportação na cidade de Ilhéus concentra-se na cacauicultura, bem como na sua manipulação para extração ou produção de seus derivados, superando completamente outras categorias de produtos para exportação.

Em que pese a expressividade que o comércio de cacau ainda possui nesta microrregião, observa-se que sua economia ainda sofre com as oscilações no volume das exportações do cacau e derivados, principalmente devido às intempéries, que se refletem na receita e, portanto, no equilíbrio econômico da região. Ainda que a cultura para produção cacauífera em forma de amêndoas não seja tão expressiva como antes, a base econômica de exportação da microrregião Ilhéus-Itabuna ainda se encontra ancorada no cacau, agora sob um novo aspecto moldado pela prática de *drawback* e beneficiamento do cacau para obtenção de derivados. A dinâmica das flutuações no volume total das exportações entre os anos de 2015 e 2018 é apresentada na Tabela 3:

Tabela 3 – Exportação de cacau e seus derivados, U\$\$ FOB, Ilhéus-Bahia e Itabuna-Bahia, 2015-2018

Ano	Ilhéus	Itabuna
2015	240.810.933	28.574.557
2016	250.190.930	29.291.171
2017	233.146.068	27.839.633
2018	181.233.196	29.969.081

Fonte: BRASIL (2020).

As informações trazidas pela Tabela 3 confirmam a fragilidade ao clima que a economia pautada no cacau e seus derivados possui. Nos anos de 2015 e 2016, tanto Ilhéus quanto Itabuna obtiveram elevados índices nas exportações, atingindo números bastante expressivos, 250.190.930 US\$ FOB e 29.291.171 US\$ FOB, respectivamente, em 2016. Em 2017, no entanto, teve início uma seca que se prolongou até 2018 e impactou nas exportações do município de Ilhéus de maneira relevante.

Cenário diferente ocorreu em Itabuna: de 2017 para 2018 o município obteve uma melhora nas exportações de cacau de 2.129.448 U\$\$ FOB (Tabela 3). Esse fato se sustenta na queda das exportações de Ilhéus e no preparo da lavoura ofertado aos cacauais de Itabuna, no período, reafirmando a aplicação de técnicas de manejo do solo (UESC, 2018). Mais ainda, os investimentos locais para a elevação dos percentuais de beneficiamento do fruto e consequente exportação dele neste estado (manteiga, gordura e pó de cacau) foram fundamentais para a conservação e até aumento exportação de cacau e derivados nestes últimos anos (UESC, 2017, 2018).

Indiscutível é, apesar disto, que o cacau, por ser um fruto tropical, necessita do equilíbrio climático para seu completo desenvolvimento, entretanto a falta de chuva em certos períodos ocasiona a perda da safra, fazendo com que os frutos fiquem murchos e pretos, caindo do pé. Ao quadro climático do ano de 2017 colocando em xeque o equilíbrio econômico cacauero da região, em especial de Ilhéus, aliou-se o alto volume de chuvas e o frio atípico para aquela microrregião (PIROLA; GOMES; PIRES, 2018), o que refletiu no ano seguinte.

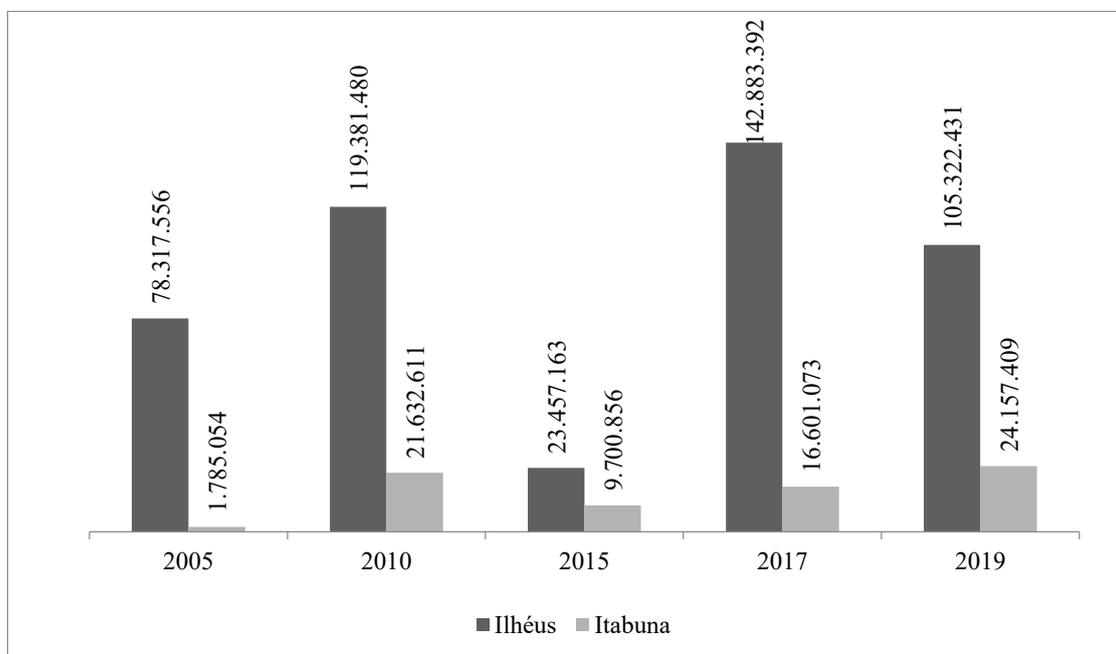
Segundo informações retiradas do Mercado do Cacau (2017b), esta situação de desequilíbrio climático fez com que a colheita da safra temporã fosse postergada, tendo em vista que o fruto não conseguiu se desenvolver no tempo correto, o qual seria entre maio e setembro. Associado ao retardo no desenvolvimento da safra, o desequilíbrio climático e a alta umidade propiciaram o alastramento de fungos nos frutos, como a vassoura-de-bruxa e a podridão parda, levando a uma perda de 60% da safra prevista para aquela época.

O quadro de desequilíbrio climático destes anos resultou numa maior importação de amêndoas, principalmente provenientes de Gana, tendo em vista que o cacau da Costa do Marfim já havia sido suspenso por conta de questões sanitárias. Segundo a reportagem da TV Santa Cruz de maio de 2017, desembarcaram em Ilhéus cerca de 50 mil toneladas de amêndoas importadas de Gana para compensar as perdas nas produções locais do município de Ilhéus (G1 BAHIA, 2017). É possível verificar as oscilações que as importações de cacau inteiro ou partido sofreram em anos selecionados do período 2005-2019 para os municípios de Ilhéus e Itabuna apresentadas da Figura 1.

Da leitura dos dados da Figura 1 percebe-se que após o quadro climático crítico houve um decréscimo no gasto com importação de cacau, caindo de 142.883.392 U\$\$ FOB, em 2017, maior pico do período, para 105.322.431 U\$\$ FOB, em 2019, no município de Ilhéus, ressaltando a revalorização na produção local do fruto. Os dados também indicam a volatilidade do cacau às condições climáticas, dado que entre 2015 e 2017 há um salto extremamente significativo na aquisição de cacau inteiro ou partido para o beneficiamento, em razão do atingimento da lavoura pelas fortes chuvas ocorridas em 2017/2018, já sinalizadas neste estudo. Não somente às condições climáticas se dá a volatilidade, mas também às dinâmicas mercantis do fruto, em especial pela ampliação/

decréscimo na produção de outros Estados e países, como o Estado do Pará e Gana (UESC, 2015, 2016, 2017, 2018). Daí se inferem os aumentos e reduções patentemente observados na importação do cacau e derivados entre 2005-2009 (Figura 1).

Figura 1 – Importação de cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado, em U\$\$ FOB, Ilhéus-Bahia e Itabuna-Bahia, 2005, 2010, 2015, 2017e 2019



Fonte: BRASIL (2020).

É de se destacar, no entanto, observando-se os dados extraídos da Tabela 3 e da Figura 1, que no período 2005-2019 os investimentos em importação demonstram ampliação relevante, destacadamente no município de Itabuna. O salto de gastos neste município é de 1.785.054 U\$\$ FOB para 24.157.409 U\$\$ FOB, um acréscimo de 1.253,31% nas importações. Isto aponta para o alargamento na aquisição do fruto em estado bruto para o beneficiamento e exportação de derivados crescente em Itabuna, o que reafirma a força da reconversão produtiva local, em muito motivada pelo *drawback*, aquecendo as exportações e fomentando novos nichos no mercado do cacau. Embora com menor incremento, também há em Ilhéus ampliação nas importações do fruto para beneficiamento entre 2005-2019 (34,48%) com a reestruturação do setor para as exportações do cacau em forma de manteiga, gordura, óleo, pó e pasta de cacau (Figura 1).

O *drawback* foi uma saída comercial encontrada pela microrregião Ilhéus-Itabuna para manter a expressividade econômica do cacau por meio dos investimentos voltados para o beneficiamento do fruto e obtenção de seus derivados, os quais representaram, em toda a série histórica, mais de 90% das exportações totais de ambos os municípios estudados (UESC, 2015, 2016, 2017, 2018). Isto atenuou o déficit que a crise cacauera estabeleceu na década de 90 e que ainda é sentida pela microrregião, a qual tem assumido contornos reinventados para superá-la dia a dia.

Fato é, como se observa da discussão firmada, que o cacau não saiu de cena nas modelagens do circuito econômico da microrregião Ilhéus-Itabuna, sobretudo quando postas em apreço as variáveis econômicas de importação/exportação do fruto, em bruto ou beneficiado, constituindo, assim, elemento de dinamização regional a partir de

suas novas faces. O setor terciário é realidade efetiva na impulsão da economia do sul baiano, mas não se escusa a ainda significância da cultura cacauera tão presente na memória e estrutura política, social e econômica do “chão do cacau”.

CONCLUSÃO

A reconversão produtiva pela qual tem passado o cacau nas últimas duas décadas é inquestionável. O setor terciário, em especial os serviços, representa a maior parcela na atualidade do PIB na microrregião Ilhéus-Itabuna, sendo responsável por seu dinamismo econômico. Este setor, tão somente na cidade de Itabuna, responde por mais de 70% do produto interno.

Diante da marca cacauera na região, entretanto, internacionalmente identificada como “Chão do Cacau” e historicamente abraçada por esta lavoura, citada remodelagem do sistema econômico regional, reflexo da entrada do fungo da *monillioththora perniciosa*, decorreu da necessidade de soerguer o plantio do “fruto de ouro” que outrora posicionou o Brasil como maior produtor mundial.

O cultivo da amêndoa que se sobressaía como principal produto de exportação, concorrendo, em dados períodos, com o maior país produtor, a Costa do Marfim, deu lugar aos derivados e colocou-se entre os insumos de maior importação no setor agroindustrial, ressaltando-se a influência ocasionada pelo sistema *drawback* neste aspecto, facilitadora da reconversão, imprescindível em razão do déficit de plantio da fruta pós-1989.

Não obstante a significativa queda, ainda é forte a importância do cacau para o sul da Bahia. Produtores reinventaram a atividade desenvolvida em suas fazendas com a clonagem do cacau, cacau orgânico e fino, Projeto Fazenda de Chocolate e a agroindústria, de modo que uma cultura sinalizada pela extinção se adaptou à nova realidade e ressurgiu em roupagem diversificada, não só o plantio se reestruturou, mas também evoluiu para abarcar a manufatura do cacau na produção locorregional, como o chocolate, cuja opulência conceitual da região ecoa mundialmente. Não à toa, os derivados do fruto guardam a primeira colocação no *ranking* de produtos para exportação na microrregião em apreço.

Claro fica, entretanto, que a cultura do cacau, do ponto de vista da volatilidade climática dos últimos anos na região de Ilhéus e Itabuna, ainda possui grande fragilidade, o que persiste por exigir o desenvolvimento de melhores técnicas para o trato não só da lavoura, mas para o fortalecimento do processo de manufatura na produção de derivados, táticas que solidificam o mecanismo de sustento da atividade, sobretudo de exportação regional do fruto beneficiado.

Ressalta-se, assim, que a cultura do cacau renova-se para demonstrar significância produtiva nos cenários estadual e nacional e reafirma dia a dia sua capacidade de conservar a história local e melhorar a condição socioeconômica regional, inclusive do pequeno e médio produtor. Com isso, torna-se indiscutível a força econômica que a atividade cacauera ainda ostenta no Sul da Bahia, especialmente na abordagem da exportação dos derivados do fruto e no dinamismo ofertado à cultura a partir das remodelações adotadas pelos cacauicultores do eixo Ilhéus-Itabuna.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jackson Cordeiro de *et al.* Relatos das sagas do cacau no sul da Bahia – o outro lado da história: coronéis, o Estado e monocultura do cacau. *Revista Eletrônica da Fainor*, Vitória da Conquista: Fainor, v. 6, n. 2, p. 74-111, 2013. Disponível em: <http://srv02.fainor.com.br/revista237/index.php/memorias/article/view/234>. Acesso em 20 maio 2018.
- BRASIL. *Balança comercial brasileira*: Estados. Brasília: MDIC, 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidas-da-federacao>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- BRASIL. *Cartilha do drawback integrado*. Brasília: MDIC, 2016a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/dececx/CGEX/Cartilha-2016.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- BRASIL. *Dados do drawback suspensão e isenção junho 2016*. Brasília: CGEX, 2016b. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/.../Relatrio-drawback---junho.pdf>. Acesso em 5 jul. 2018.
- BRASIL. *ComexStat*. Brasília: MDIC, 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- CARNEIRO, Wendell Marcio Araújo *et al.* A agroindústria de alimentos derivados de cacau no Nordeste brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais [...]*. Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. p. 1-21. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/636.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- CARTIBANI, Moema; SILVA, Alecsandri Marcos da. Paridade de preços do cacau da região Sul da Bahia, período de 1975-2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOBER, 39., 2001, Recife. *Anais [...]*. Recife: Sober, 2001. Disponível em: <http://www.uesc.br/dcec/moema1.doc>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DA BAHIA – Cabruca. A cooperativa. Disponível em: <https://www.cabruca.com.br/a-cooperativa>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. *Os coronéis do cacau: raízes de mandonismo político em Ilhéus 1890-1930*. 1983. 153 f. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/324153462/Os-Coroneis-Do-Cacau>. Acesso em: 20 maio 2018.
- FONTES, Maria Josefina Vervloet. *Do cacau ao chocolate: trajetória, inovações e perspectivas das micro e pequenas agroindústrias de cacau/chocolate*. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: http://nbcgib.uesc.br/cicacau/arquivos/producao_tecnico_cientifica/tese-de-doutorado.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.
- G1 BAHIA. *Afetada pela seca, indústria de chocolate importa cacau da África para produção no sul da BA*. TV Santa Cruz. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/afetada-pela-seca-industria-de-chocolate-importa-cacau-da-africa-para-producao-no-sul-da-ba.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Em janeiro, IBGE prevê safra de 6,0% inferior à de 2017*. Brasília, 10 abr. 2018. Estatísticas Econômicas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/19942-em-janeiro-ibge-preve-safra-6-0-inferior-a-de-2017.html>. Acesso em: 6 jul. 2018.
- ITABUNA. *Anuário Estatístico de Itabuna: base de dados 2013-2016*. Itabuna: PMI/Uesc, 2017. Disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br/download/anuario_itabuna_2016.pdf. Acesso em: 25 maio 2018.
- LAMBERTI, Felippo. *Economic History of Cocoa in Southern Bahia Its role on economy, society and culture*. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19259>. Acesso em: 20 maio 2018.
- LOBÃO, Dan Erico Petit. *Manual do cacau cabruca sistema agrossilvicultural tropical*. Ilhéus: Ceplac, 2018. Disponível em: http://conservacaoprodutiva.com.br/wp-content/.../MANUAL_DO_CACAU_CABRUC. Acesso em: 10 jun. 2018.
- MARINHO, Pedro Lopes. Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no sul da Bahia (1965-1980). *Economia*, Curitiba: UFPR, v. 28-29 (26-27), p. 7-25, 2003. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/economia/article/view/1992/1653>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- MIRA, Elson Cedro. *Mudança institucional e reconversão produtiva no sul da Bahia*. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/347324599/Mudanca-Institucional-e-Reconversao-Produtiva-No-Sul-Da-Bahia>. Acesso em: 25 maio 2018.

- MIRA, Elson Cedro. *Controvérsia sobre a economia do Sul da Bahia: uma análise evolutiva do desenvolvimento humano a partir da crise do cacau nos anos 1980*. In: SEMANA DO ECONOMISTA, 4., 2014, Ilhéus: Uesc, 2014. p. 1-18. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt1-4.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.
- MERCADO DO CACAU. Moagem de cacau é a pior em sete anos. Itabuna, 9 fev. 2017a. Artigo. Disponível em: <http://mercadodocacau.com/artigo/moagem-de-cacau-e-a-pior-em-sete-anos>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- MERCADO DO CACAU. *Clima prejudica produção de cacau no Sul da Bahia*. Itabuna. 28 jul. 2017b. Artigo. Disponível em: <http://mercadodocacau.com/artigo/clima-prejudica-producao-de-cacau-no-sul-da-bahia>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- PEDROZO, Soraia. Cacau clonado pode recuperar a lavoura da Bahia. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 26 ago. 1999. Economia. Disponível em: [http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(sqeevmfeej4le05lHSV1wb4u\)\)/Noticia/276478/cacau-clonado-pode-recuperar-lavoura-na-bahia](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(sqeevmfeej4le05lHSV1wb4u))/Noticia/276478/cacau-clonado-pode-recuperar-lavoura-na-bahia). Acesso em: 9 jun. 2018.
- PEREIRA, José Marques. *Programa de pesquisas da CEPLAC – 2018*. Ilhéus: Ceplac, 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/.../2018/.../diretrizes-de-pesquisa-jose-marques.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- PIROLA, Talita Penido de Britto; GOMES, Andrea da Silva; PIRES, Mônica de Moura. *Análise dos sistemas de produção com cacau mais representativos no sul da Bahia*. GT 5 – Desarrollo rural, globalización y crisis. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT5/GT5_PenidodaSilvadeMoura.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.
- RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. A crise da região cacauzeira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. *Geoingá*, Maringá: UEM, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/20527>. Acesso em: 20 maio 2018.
- RITA, Luciana Matos Santana. *Dinâmica da rentabilidade da cacauicultura orgânica na região sul da Bahia*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/200760080d.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus: Editus, 2008. 258 p. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/a_regiao_cacauzeira_da_bahia.pdf. Acesso em: 25 maio 2018.
- ROCHA, Lurdes Bertol. O cacau na literatura regional do sul da Bahia: ícone de diferenças socioespaciais. *Geograficidade*, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: [http://www.uff.br/Capa%v.1,n.1\(2011\)%Rocha](http://www.uff.br/Capa%v.1,n.1(2011)%Rocha). Acesso em: 30 jun. 2018.
- ROSÁRIO, Milton *et al.* *Cacau: história e evolução no Brasil e no mundo*. Ceplac: Ilhéus. 1978. 43p. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/historia_do_cacau/historia_do_cacau.asp. Acesso em: 20 maio 2018.
- SANTOS, Almir Martins dos; SANTOS, Priscilla B. M. dos; SANTOS, Givago B. Martins dos. *Mercado do cacau fino no Brasil e no mundo*. Ilhéus: Ceplac, p. 1-26. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/.../MERCADO%20DE%20CACAU%20FINO%20NO%20BRASIL...>. Acesso em: 11 jun. 2018a.
- SANTOS, Almir Martins dos; SANTOS, Priscilla B. M. dos; SANTOS, Givago B. Martins dos. *Potencialidades de mercado para o cacau fino*. Ilhéus: Ceplac, p. 1-17. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/.../POTENCIALIDADES_DE_MERCADO_PARA_O_CACAU_FI.... Acesso em: 11 jun. 2018b.
- SILVA, Adriana Ferreira *et al.* Cadeia produtiva do cacau e chocolate: perfil e desafios. In: CONGRESSO DA SOBER, 2015, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-21. Disponível em: http://nbcgib.uesc.br/cicacau/cicacau_producao.php?cat=1&pg=3. Acesso em: 5 jul. 2018.
- SILVANO, Rodrigo Vanderlei; PETRI, Sérgio Murilo. *Drawback – compreensão do regime e seus benefícios*. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 2015, Santa Catarina. *Anais [...]*. Santa Catarina: UFSC, 2015. p. 1-16. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/62_15.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.
- SODRÉ, George Andrade (ed.). *Cultivo do cacauzeiro no Estado da Bahia*. Ilhéus: Mapa; Ceplac, 2017. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/cartilhas_tecnicas/.../CCEB.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.
- UESC. Universidade Estadual de Santa Cruz. *Boletim de Conjuntura Econômica e Social*. Ilhéus. Departamento de Economia, n. 1, n. 4, n. 8, n. 12, 2015, 2016, 2017, 2018. Disponível em: <http://caces.uesc.br/>. Acesso em: 20 maio 2018.

VIEIRA, Cristina. *Seca no sul e sudoeste da BA causa impacto na agricultura e na pecuária*. Ilhéus. 1º jul. 2016. Artigo. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2016/07/seca-no-sul-e-sudoeste-da-ba-causa-impacto-na-agricultura-e-na-pecuaria.html>. Acesso em: 8 jul. 2018.

ZUGAIB, Antônio Cesar Costa. *Análise da importação de cacau via drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo*. Ilhéus: Ceplac, 2005. p. 1-35. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/drawback.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.